

Ulysses já decidiu: 4 anos para Sarney

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Ainda tem gente que se engana com o dr. Ulysses Guimarães, não raro imaginando-o perplexo, hesitante e ao sabor das conveniências de momento. Na verdade, não é nada disso, seus quase 50 anos de experiência política não passaram inutilmente. Ele só faz o que quer, tem objetivos definidos e, pelo menos até agora, venceu todos. Vencerá a próxima, salvo engano, vendo mantido o presidencialismo e estabelecido para os futuros presidentes da República o mandato de cinco anos. Mas, para o presidente José Sarney, quatro.

Muitas vezes o presidente do PMDB e da Assembléia Nacional Constituinte começa pelo lado errado. E faz de propósito, como agora, no debate sobre o sistema de governo. Propôs-se coordenar a tese do parlamentarismo com cinco anos para todos os presidentes, incluindo Sarney. Conversou, dialogou, desdobrou-se em reuniões com os líderes constituintes, e, afinal, procurou o senador Humberto Lucena para, candidamente, dizer: "Apesar de todos os esforços, não deu".

Ora, Ulysses não queria, como não quer, nem o parlamentarismo nem os cinco anos para Sarney. Ficou, assim, a cavaleiro para incrementar o presidencialismo e as eleições presidenciais este ano, fórmulas que, além de contarem com sua inclinação doutrinária, acoçam-se perfeitamente a seus interesses. É candidato quase declarado, não gostaria de ser eleito para se transformar na rainha da Inglaterra e, ao mesmo tempo, sabe que suas chances repousam nas eleições realizadas este ano, não no próximo.

Os parlamentaristas parecem, assim, estar enrolados, embrulhados e empacotados desde a noite de segunda-feira. Com uma peculiaridade: não poderão acusar o parlamentar paulista de haver-se negado a encaminhar a sua tese. Pelo contrário, ainda se tornam devedores dele, que saiu em campo para tentar sua viabilidade. Só que não deu, exatamente como Ulysses desejava.

A segunda parte da batalha começou ontem de manhã. O presidente da Assembléia Nacional Constituinte e do PMDB foi tomar o café da manhã com o presidente José Sarney. Regozijaram-se pelos ventos presidencialistas soprando outra vez no Palácio do Congresso, ainda que, como todos os ventos, eles possam mudar de repente. E passaram a examinar a questão do tempo de mandato. Ulysses sempre foi defensor dos cinco anos, para ele uma volta à tradição republicana moderna, que vem desde 1946. Terá repetido isso a Sarney, mostrando o resultado de suas recentes ingerências, que indicam a possibilidade de aprovação desse período já no final da semana ou no começo da próxima, no capítulo que tratar dos presidentes da República.

Mas... Mas, ainda conforme os objetivos de Ulysses, a aprovação dos cinco anos agora não significa que o presidente José Sarney vá ficar no poder até março de 1990. O seu mandato só deverá ser definitivamente resolvido quando da discussão do capítulo final da nova Constituição, nas disposições transitórias, lá para o final de maio ou princípio de junho, ainda que o parlamentar paulista se afigure à antecipação, prevendo 21 de abril para data da promulgação solene da nova Carta. Também aí se registra ampla dose de malandragem.

O dr. Ulysses sabe ser impossível correr tanto com os trabalhos, de modo a que daqui a um mês e uma semana eles tenham terminado. Insiste na data, porém, como forma de garantir maio ou junho. O que não deseja é entrar no segundo semestre com a Assembléia Nacional Constituinte ainda funcionando, o que poderia complicar seus planos. Afinal, se as eleições presidenciais forem fixadas para novembro, haverá tempo de sobra para o lançamento de candidatos, para as convenções e as campanhas, podendo, em determinados interregnos, ser realizados períodos congressuats de esforço concentrado, onde se votariam algumas das principais leis complementares à Constituição que tiver sido concluída.

Já dizia Magalhães Pinto que política é como as nuvens. Olha-se para elas e dão a impressão de parecer elefantes em luta com macacos. Meio minuto depois, já tomam a forma de camponeses confraternizando com militares. Assim, é possível que a preservação do presidencialismo não pareça favas tão contadas, amanhã, como parece hoje. Os parlamentaristas outra vez se arregimentam, sendo os números de parte a parte sempre contestáveis. Cada grupo continua sem abrir mão da vitória, até porque a euforia costuma contagiar os indecisos.

A questão vai para o voto. Não houve possibilidade de acordo e dificilmente haverá. Se os presidencialistas conseguirem o apoio de 280 deputados e senadores estarão vitoriosos, já que a emenda do senador Humberto Lucena entra em primeiro lugar nas discussões. faltando esse contingente, será a vez da emenda Egidio Ferreira Lima, parlamentarista. O diabo vai ser se também ela não conseguir a metade mais um dos votos constituintes. Terá dado, então, o buraco negro, obrigando os dois lados a sentar-se à mesa para a busca de um consenso cada vez mais inviável. Porque não se poderá chegar a um parlamentarismo-presidencialista nem a um presidencialismo-parlamentarista, apesar de tentativas já feitas. O sistema de governo será uma ou outra coisa, apesar das distorções e dos exageros constantes das duas emendas.

C.C.